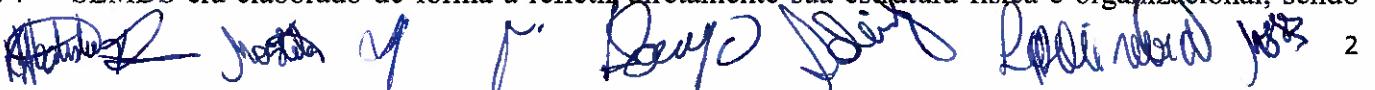


1 Ata da quatrocentésima sexagésima sexta reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de
2 Nova Lima (CMAS-NL), realizada no dia dezessete de setembro de 2025, na sala de reuniões do
3 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, situada à Rua Cássio Magnani,
4 525, bairro Centro, em caráter extraordinário. Estiveram presentes os seguintes **conselheiros**
5 **titulares:** **Adenilsa Lopes de Queiroz e Daniela Aparecida Batista Horta** (representantes dos
6 usuários); **Durcilene Regina Teles e Maria Ivanete Luiz dos Santos** (representantes dos
7 trabalhadores do Suas); **Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios** (representante da Adra Sudeste);
8 **Letícia Fernandes Godinho e Karen Flávia Figueiredo Batista** (representantes da Secretaria
9 Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDS); **Laís Cristina Seabra** (representante da Secretaria
10 Municipal de Educação - SEMED); **Bruna Laponez da Silveira** (representante da Secretaria
11 Municipal de Saúde - SEMSA); **Marilane Quaresma da Costa Teles** (representante da Secretaria
12 Municipal de Administração - SEMAD); **Rosana Solano Rocha** (representante da Secretaria
13 Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDE); **Jansen Couto de Rezende** (representante da
14 Secretaria Municipal de Política Urbana - SEMPU) e **Ana Paula Silveira Lima** (representante da
15 Secretaria Municipal de Habitação - SEMHA). Participaram os seguintes **conselheiros suplentes:**
16 **Luciana Aparecida Pereira Oliveira Loyola e Diego Dias de Castro** (representantes da SEMDS);
17 **Jaqueline Patrícia Roberto** (representante da SEMED); **Lívia Izabela Martins Garcia**
18 (representante da SEMSA) e **Marina Martins Araújo** (representante da SEMAD). Participaram
19 como convidados: **Grazielle Santos de Sousa e Núbia Nakimuli de Paula Queiroga** (representantes
20 da Unidade de Acolhimento Institucional - UAI Quintas); **Geraldo Pereira e Isabele Leopoldo**
21 (representantes da UAI Mata do Jambreiro); **Matheus Couto Bastos Abalém** (Secretário de
22 Assistência Social); **Bruno Penido** (do Gabinete da Vereadora Viviane Matos); **Nelson Fernandes**
23 **Maure Carvalho** (Subsecretário de Assistência Social); **Caroline Soeiro Lanna** (representante da
24 Diretoria de Proteção Social Básica - PSB); **Ana Carolina Torres Linhares Fernandes**
25 (Subsecretária de Gestão Administrativa); **Estefânia Cristina Rodrigues Custódio** (representante
26 do Setor Financeiro); **Pedro Adamastor Henrique e Lúcia Helena Lago** (representantes do Creas
27 Centro). A Secretaria Executiva esteve representada pelas servidoras **Edleusis Barbosa Mares**
28 (assistente social) e **Kelma Cristina de Oliveira Chaves** (assistente administrativo). Constatando
29 quórum, a presidente Maria Ivanete deu início aos trabalhos apresentando a pauta do dia, qual seja:
30 1- Leitura e aprovação da pauta do dia; 2- Leitura da ata nº 465; 2- Loa; 3- Retorno sobre o Aditivo
31 do Termo de Referência do Programa Jovem Aprendiz; 5- Informes. Maria Ivanete colocou em
32 votação a pauta do dia, que foi aprovada pelos conselheiros **Adenilza, Daniela, Durcilene, Maria**
33 **Ivanete, Fabiana, Letícia, Karen, Bruna, Laís, Marilane, Rosana, Jansen e Ana Paula.** A
34 presidente Maria Ivanete passou a palavra para a secretaria executiva, **Edleusis**, que iniciou a leitura
35 da ata da reunião anterior. Após a leitura, a presidente colocou em votação a ata nº 465, que foi
36 aprovada pelos conselheiros presentes, com a ressalva de Caroline, que fez esclarecimento referente
37 à inconsistência apontada por Maria Ivanete quanto à apresentação do Programa Jovem Aprendiz,

que foi sanada. A conselheira **Durcilene** manifestou dúvida quanto apresentação estar ocorrendo sem ter passado pelas Comissões de Política e Financiamento e de não haver Parecer da Secretaria Executiva para nortear os conselheiros sobre a LOA. A presidente Maria Ivanete solicitou que conste em ata essas informações. **Durcilene** questionou a ausência de menção à denúncia realizada sobre o Acolhimento Institucional. Em resposta, a presidente Maria Ivanete esclareceu que a Mesa Diretora decidiu não incluir o tema como pauta deliberativa nesta reunião, considerando a extensão da pauta do dia, que inclui a apresentação da LOA 2026. Informou ainda que o assunto será tratado nos Informes, com a proposta de convidar as pessoas envolvidas na denúncia para prestar esclarecimentos em momento oportuno, podendo ser deliberada uma possível visita ao equipamento. Passando para o primeiro ponto de pauta, **Matheus Abalém**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social se apresentou, agradeceu a presença de todos e iniciou sua explanação apresentando o contexto do orçamento público e seu processo de elaboração. Explicou que a Prefeitura deve elaborar três peças orçamentárias: a LOA (Lei Orçamentária Anual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PPA (Plano Plurianual). Ressaltou que a LOA e a LDO são elaboradas anualmente, enquanto o PPA tem vigência de quatro anos. Destacou ainda que, no primeiro ano de mandato, o (a) prefeito (a) recém-eleito (a) executa o PPA elaborado pela gestão anterior, uma vez que o planejamento já estará vigente. Como exemplo, mencionou que o atual prefeito está elaborando o PPA que entrará em vigor no próximo ano e que o gestor eleito nas próximas eleições dará continuidade à execução desse plano em seu primeiro ano de mandato. Matheus destacou que o PPA é o documento que abarca as grandes questões do município, incluindo grandes obras e projetos estruturantes. Ressaltou que tudo aquilo que envolve maior volume de recursos ou impacto significativo para a cidade deve estar previsto no PPA, uma vez que ele orienta, ano a ano, a elaboração do orçamento do exercício financeiro vigente. Como exemplo, citou a construção das unidades de CRAS nos bairros Honório Bicalho e Nossa Senhora de Fátima, ressaltando que essas obras precisam estar alinhadas ao planejamento estabelecido no PPA. Explicou que anualmente a Prefeitura elabora uma proposta de orçamento que é encaminhada à Câmara Municipal. Nessa proposta, é feita uma estimativa de arrecadação para o ano seguinte, considerando diversas fontes de receita, como impostos, taxas e outras contribuições. Com base nas arrecadações dos anos anteriores, realiza-se uma média para projetar o que se acredita que será arrecadado, ou seja, é feita uma prospecção da receita prevista, a fim de planejar os gastos públicos de forma compatível com os recursos disponíveis. Após a estimativa de arrecadação, o prefeito se reúne com os responsáveis pelas áreas orçamentárias para definir os valores que serão destinados a cada secretaria municipal. Com base nessas definições, é elaborado o orçamento para o exercício do ano seguinte. Colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas quanto às nomenclaturas utilizadas no orçamento público e informou que a SEMDS é composta por três subsecretarias: Subsecretaria de Assistência Social, Subsecretaria de Direitos Humanos e Subsecretaria de Gestão Administrativa. Seguiu esclarecendo que, anteriormente, o orçamento da SEMDS era elaborado de forma a refletir diretamente sua estrutura física e organizacional, sendo



75 dividido em unidades orçamentárias específicas, tais como: Fundo Municipal de Assistência Social,
76 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Gestão da Secretaria, Gestão da
77 Subsecretaria de Assistência Social, Gestão da Subsecretaria de Direitos Humanos, entre outras. A
78 partir deste ano, deixa-se de utilizar a estrutura administrativa refletida no orçamento, adotando-se
79 uma visão integrada do orçamento público como um todo. A equipe responsável pelo orçamento
80 entendeu que não é desejável que a estrutura administrativa esteja refletida no detalhamento
81 orçamentário. Assim, passam a ser consideradas como unidades obrigatórias as unidades dos fundos
82 municipais. Mantém-se, portanto, as unidades orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência
83 Social, do Fundo Municipal da Criança, do Fundo de Álcool e Outras Drogas, além da unidade de
84 Gestão da Secretaria, que abrange todas as despesas que não se enquadram nas unidades específicas.
85 Ressaltou que, nesta apresentação, será abordada especificamente a unidade orçamentária do Fundo
86 Municipal de Assistência Social - FMAS, cujo orçamento para 2025 foi de R\$ 40.022.680,00
87 (quarenta milhões, vinte e dois mil, seiscentos e oitenta reais). Para 2026, o valor orçado é de R\$
88 45.014.488,13 (quarenta e cinco milhões, quatorze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e treze
89 centavos), representando um aumento financeiro de R\$ 4.991.808,13 (quatro milhões, novecentos e
90 noventa e um mil, oitocentos e oito reais e treze centavos). Foram analisados todos os custos
91 atualmente financiados pelo FMAS, relacionados a imóveis e parcerias vigentes. O primeiro passo
92 consistiu em verificar qual é o custo total suportado pelo Fundo com esses recursos e, em seguida,
93 definir a alocação adequada de cada despesa. Exemplificou a ação de investimento da Assistência
94 Social, destacando que, para o próximo ano, está prevista a construção de dois novos CRAS, nos
95 bairros Honório Bicalho e Nossa Senhora de Fátima. Esclareceu que, no ano anterior foi orçado o
96 valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para a construção do CRAS de Honório Bicalho,
97 sendo que a expectativa para o início da obra é a execução de aproximadamente R\$ 600.000,00
98 (seiscentos mil reais) destinados à estrutura inicial. Para o próximo exercício, será necessário
99 considerar a execução orçamentária completa da construção do CRAS Honório Bicalho. Ressaltou a
100 importância de compreender que os valores apresentados são baseados em expectativas tanto de
101 arrecadação quanto de despesas. Exemplificou que, para 2025, a previsão orçamentária para a
102 construção do CRAS Honório Bicalho foi de R\$ 3.000.000,00. Informou que, atualmente, embora o
103 contrato ainda não esteja assinado, já foi definida a empresa vencedora da licitação e o valor atual
104 estimado para a obra é de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), representando um
105 aumento em relação ao orçamento inicial, podendo esse valor variar para mais ou para menos.
106 Considerou, portanto, que para o próximo ano o orçamento deve prever R\$ 3.000.000,00, pois, se a
107 construção fosse iniciada hoje, ainda faltariam R\$ 600.000,00 para sua conclusão. Informou que
108 existe a expectativa de lançamento de um novo edital para a construção do CRAS de Nossa Senhora
109 de Fátima, demanda antiga da Secretaria, porém ainda não há uma estimativa de custo para a obra,
110 pois o estudo técnico ainda não foi realizado. Prosseguiu explicando o conceito de *superávit*
111 orçamentário, que corresponde ao valor arrecadado além do previsto pela Prefeitura, sendo esse

A. Mota 1 *P. Reip* *J. S.* *R. L. M. (Assinatura)* 3

112 recurso aplicado no orçamento do ano seguinte para grandes obras. Ressaltou que a construção do
113 CRAS de Nossa Senhora de Fátima será planejada considerando esse *superávit*. Contudo, devido à
114 ausência de estudo específico, esse valor não foi incluído na previsão orçamentária atual. A
115 conselheira **Durcilene** manifestou preocupação quanto à falta de separação específica dos valores,
116 citando como exemplo o montante destinado ao Programa Nova Renda, ressaltando a importância
117 dessa distinção para melhor compreensão na prestação de contas. **Matheus** esclareceu que está
118 apresentando e exemplificando as ações que podem compor as respectivas rubricas orçamentárias.
119 **Nelson** destaca que as nomenclaturas utilizadas não são definições exclusivas da SEMDS, mas
120 seguem orientações em âmbito nacional. Em seguida, **Matheus** explicou que alguns custos
121 relacionados à Assistência Social não foram incluídos na distribuição dos recursos do Fundo de
122 Assistência. Como exemplo, citou o aluguel do prédio sede, cujo valor está contabilizado na Gestão
123 da Secretaria de Desenvolvimento Social, e não no FMAS. Também mencionou que a maior parte
124 dos veículos da Secretaria que atendem à Assistência Social está alocada nos recursos destinados à
125 manutenção da Secretaria, exceto quatro veículos destinados ao Acolhimento e à Residência
126 Inclusiva, que estão incluídos no Fundo. Além disso, destacou que despesas como impressoras do
127 SUBAS, bem como os custos de água, luz e telefone do prédio sede, estão alocados na Gestão da
128 Secretaria. Ressaltou que os custos incluídos no Fundo de Assistência referem-se exclusivamente aos
129 equipamentos da Assistência Social, enquanto despesas comuns a toda a Secretaria não são
130 contabilizadas neste Fundo. **Durcilene** questionou se os custos de manutenção dos equipamentos
131 estão incluídos no Fundo de Assistência e **Matheus** reiterou que tais despesas não fazem parte do
132 Fundo, informando que o contrato prevê uma expectativa de gastos mensais entre R\$50.000,00 e
133 R\$60.000,00 para atender à Secretaria como um todo. Matheus prosseguiu na apresentação iniciando
134 pelos investimentos da Assistência Social e pela gestão da política, que é comum a todas as áreas.
135 Em seguida, detalhou as ramificações, incluindo Educação Permanente, Vigilância, Lar dos Idosos,
136 benefícios eventuais e a gestão da proteção social em seus níveis básico, especial, média e alta
137 complexidade. Explicou que houve uma redução no valor destinado ao Trabalho e Educação
138 Permanente, devido à diminuição da expectativa de recursos vinculados. Ressaltou que esse recurso
139 é repassado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, com base em estudo que
140 considera os valores recebidos nos anos anteriores e a projeção para o próximo exercício. **Edleusis**
141 apresentou o valor do ano anterior para comparação com o valor atual. **Durcilene** manifestou dúvida
142 em relação à Gestão do Trabalho, que é preconizada pelo SUAS, mencionando que, em determinado
143 momento, foi informado que não existia mais a Gestão do Trabalho, e sim Gestão de Pessoas.
144 **Matheus** esclareceu que existe uma estrutura administrativa denominada Gestão de Pessoas, dentro
145 da qual está contemplada a competência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente. Ressaltou
146 que o serviço Gestão do Trabalho existe, embora essa nomenclatura específica não esteja formalizada
147 separadamente. Quanto à Vigilância, a previsão orçamentária para 2025 foi de R\$ 2.103.000,00 (dois
148 milhões, cento e três mil reais) e para 2026, de R\$ 2.251.800,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta

149 e um mil e trezentos reais), considerando as atualizações dos contratos. Para o Lar dos Idosos, a
150 previsão para 2025 foi de R\$ 2.480.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) e para
151 2026, de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), considerando a projeção de reajuste
152 da parceria para o próximo ano. Foi realizada a junção dos programas de Transferência de Renda e
153 Enfrentamento à Vulnerabilidade, prevendo-se o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
154 referente ao edital do Jovem Aprendiz e o valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para o
155 Programa Nova Renda. **Durcilene** retomou a preocupação de que os valores não estão especificados
156 separadamente. **Stefânia** complementou informando que, no Edital do Jovem Aprendiz foi
157 mencionada uma conta específica para o pagamento da ação. **Durcilene** questionou sobre a garantia
158 do valor de três milhões para o Programa Jovem Aprendiz, reforçando a preocupação quanto à
159 ausência de previsão orçamentária para a ampliação desse programa no próximo ano, considerando
160 sua importância na promoção social das famílias. Matheus pontuou que houve preocupação da
161 Gestão, pois não havia previsão orçamentária para o programa em 2025. Quando surgiu a
162 possibilidade de aporte financeiro, a Secretaria se empenhou em realizar o programa, embora
163 compreenda o estranhamento, já que a previsão anterior contemplava 100 jovens. **Durcilene** solicitou
164 que conste em ata o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para o programa, contemplando
165 cinquenta jovens. Ressaltou que a arrecadação geral do município aumentou cerca de três vezes, mas
166 que os recursos destinados à Assistência Social não acompanham essa evolução. **Matheus** reiterou
167 que o Governo tem investido na Assistência Social, destacando que ao analisar o histórico dos últimos
168 anos, observa-se um acréscimo de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) de investimentos.
169 Informou-se que para Benefícios Eventuais, haverá um investimento maior em 2026. Em 2025, o
170 valor orçado foi de R\$ 1.194.000,00 (um milhão, cento e noventa e quatro mil reais), enquanto para
171 2026 está previsto o montante de R\$ 2.499.963,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e nove mil,
172 novecentos e sessenta e três reais). Matheus salientou que o valor previsto para 2025 foi
173 significativamente inferior ao de 2026 e afirmou não saber qual foi a base de cálculo utilizada para
174 essa ação. Acrescentou que, em 2025, não havia previsão orçamentária para o auxílio mobiliário
175 destinado à acolhidos que atingissem a maioridade. **Durcilene** questionou se o valor previsto para
176 2026 foi baseado na execução orçamentária de 2025 e **Matheus** informou que, no ano vigente, foi
177 necessária a realização de suplementações orçamentárias em determinados momentos, a fim de suprir
178 despesas de algumas fichas da Secretaria, cujos valores inicialmente orçados não foram suficientes
179 para cobrir as despesas fixas. Acrescentou que, ao longo do ano, houve um acréscimo de
180 aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no orçamento. **Durcilene** apresentou a
181 situação relacionada ao valor do benefício eventual de auxílio-moradia, informando que o valor
182 atualmente concedido, de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) não é suficiente para cobrir os custos
183 com imóveis no Bairro Jardim Canadá. **Matheus** reiterou que esse valor permanece inalterado por
184 não ser estipulado diretamente pela Secretaria, destacando a necessidade de se discutir uma possível
185 revisão do montante. A conselheira **Ana Patila** pontuou que o valor de referência para Habitação foi

186 reajustado por meio de Decreto para R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) e sugeriu que
187 esse valor poderia servir como base para alteração. **Durcilene** considerou que esse valor ainda seria
188 insuficiente, tendo em vista os altos preços dos aluguéis praticados no Município de Nova Lima. A
189 conselheira **Maria Ivanete** pontuou que, nas apresentações anteriores, os valores eram discriminados
190 para cada despesa e o conselheiro **Jansen** informou que, anteriormente, a apresentação era realizada
191 com base em um comparativo. **Matheus** reiterou que tem apresentado os dados com comparativo
192 entre os anos de 2025 e 2026. **Durcilene** corroborou que a ausência de discriminação dos benefícios
193 no orçamento dificulta a compreensão durante a prestação de contas. A conselheira **Marina**
194 contribuiu com a discussão, explicando de forma mais didática a Matheus uma maneira de tornar as
195 informações mais acessíveis e compreensíveis para os demais conselheiros. **Jansen** pontuou que,
196 devido às mudanças na estrutura como um todo, os dados não estão mais detalhados nas contas
197 específicas, como era feito anteriormente. **Ana Paula** pontuou que a forma apresentada nesta reunião
198 ganha em organização por ser mais direta e objetiva, sugerindo que a especificação detalhada dos
199 valores possa ocorrer no momento da prestação de contas. Em contraponto, **Durcilene** manifestou
200 preocupação, destacando que, se as informações não estiverem contempladas no planejamento, torna-
201 se inviável realizar uma análise adequada. Reiterou a necessidade de que os conselheiros tenham
202 acesso à especificação detalhada das contas, a fim de garantir maior compreensão. A conselheira
203 **Letícia** esclareceu que o orçamento é uma peça que, além de técnica, precisa ser funcional e útil à
204 Gestão. Ressaltou que o gestor precisa ter margem para aplicar os recursos conforme a realidade
205 prática. Como exemplo, mencionou que as unidades não têm como prever com exatidão o quanto será
206 gasto com determinados benefícios eventuais ao longo do ano, já que, em um determinado mês, pode
207 haver maior despesa com auxílio-natalidade, enquanto em outro pode haver maior gasto com auxílio-
208 funeral, por exemplo. Destacou que não se trata de uma conta exata e que, por isso, os dados
209 orçamentários nem sempre coincidirão perfeitamente com a prestação de contas. Enfatizou que o
210 orçamento não pode ser engessado e que a peça orçamentária deve refletir a qualidade da entrega dos
211 serviços na ponta. **Nelson** pontuou que as colocações de Letícia e Ana Paula refletem o
212 questionamento apresentado por **Durcilene**. Ressaltou que as diretrizes quanto às nomenclaturas são
213 definidas em âmbito nacional, não sendo estabelecidas pelo município. Destacou que o ideal é que o
214 Conselho não engesse as contas, mas sim as analise à luz das demandas e dentro da lógica das ofertas.
215 **Matheus** explicou que os valores dos benefícios eventuais são estabelecidos por contrato.
216 Exemplificou que o valor real da cesta básica atualmente é um valor X, mas que um novo contrato
217 para o mesmo benefício pode ter alteração no valor para o próximo ano, o que impacta o percentual
218 de remanejamento do orçamento. Informou que a LDO estabelece o limite anual para movimentação
219 orçamentária, que neste ano foi estipulado em cinco por cento. Matheus explicou que atualmente, na
220 SEMDS, não é mais possível realizar remanejamentos no orçamento, pois houve uma modificação
221 superior a cinco por cento no início do ano, impactando a Prefeitura como um todo. Destacou que
222 essa é a razão pela qual as nomenclaturas orçamentárias não definidas dessa forma, evitando-se a

223 especificação detalhada por item para não engessar o orçamento. Exemplificou que, caso ocorra uma
224 emergência climática em janeiro de 2026, que exija a concessão de um benefício eventual específico,
225 a existência de valores fixos e especificados separadamente dificultaria a realocação de recursos para
226 atender essa demanda emergencial. Destacou que o procedimento adotado, de manter o orçamento
227 mais enxuto e menos segmentado, já é praticado em nível federal conforme a Lei nº 4.320. Embora
228 seja peculiar da área de Assistência Social segmentar o orçamento em nomenclaturas específicas, a
229 tendência da administração pública moderna é simplificar o orçamento para permitir maior
230 flexibilidade no enfrentamento dos desafios complexos do dia a dia. A conselheira **Fabiana** ressaltou
231 que o modelo orçamentário proposto visa evitar o engessamento das despesas, mas pontuou a
232 importância de os conselheiros compreenderem o que está contemplado em cada ação, para
233 possibilitar uma análise mais eficaz na prestação de contas, sem a necessidade de codificar valores
234 específicos, mas garantindo que essas informações constam de forma clara. **Matheus** afirmou que é
235 possível elaborar um demonstrativo contendo os valores orçados para 2026, detalhando os itens de
236 cada ação. Contudo, pontuou que não consegue esclarecer as ações do orçamento anterior, pois
237 desconhece o que foi planejado em 2024 para o exercício de 2025. **Nelson** manifestou sua opinião
238 sobre a ação de benefícios eventuais, ressaltando que o Conselho tem plena ciência do que caracteriza
239 esse benefício, conforme estabelecido na resolução vigente, e que o próprio Conselho poderá alterar
240 essa resolução daqui a seis meses, caso julgue necessário. **Fabiana** reafirmou que a ação de benefícios
241 eventuais está clara para todos, mas observou que as demais ações não são de conhecimento amplo
242 entre os conselheiros. **Maria Ivanete** concordou com Fabiana, destacando que alguns itens, como
243 “serviços de terceiros”, apresentam caráter genérico. Como encaminhamento, **Matheus** informou que
244 enviará à Mesa Diretora a planilha com as especificações detalhadas das ações. **Durcilene** solicitou
245 informações sobre o Kit Natalino. **Matheus** esclareceu que o kit não é caracterizado como um
246 benefício eventual, estando inserido no orçamento geral da SEMDS, no âmbito da área de Segurança
247 Alimentar e Nutricional. Propôs, ainda, que este Conselho realize uma reunião conjunta com o Setor
248 de Segurança Alimentar, com o objetivo de, de forma colaborativa, definir os critérios de distribuição
249 dos kits, tendo em vista que, embora os benefícios sejam destinados aos usuários da Assistência
250 Social, os recursos utilizados não estão vinculados ao Fundo da Assistência. Ressalta ainda que a
251 entrega do Kit Natalino não estava prevista no orçamento de 2025, tendo sido incluída,
252 posteriormente, por meio do *superávit* orçamentário. **Fabiana** questionou ressaltando que o benefício
253 já foi aprovado e que o ponto a ser discutido refere-se aos critérios de concessão. **Matheus** concordou
254 com a colocação. Na sequência, **Nelson** esclareceu que essa é justamente a proposta apresentada por
255 Matheus, destacando que caberá aos conselheiros decidirem se desejam ou não participar dessa
256 discussão. **Matheus** dá seguimento a apresentação quando a conselheira **Durcilene** manifestou
257 preocupação quanto ao aparente aumento no número de contratações de servidores por tempo
258 determinado, ressaltando que não há realização de concurso público há alguns anos. Destacou a
259 necessidade de atenção quanto à disponibilidade orçamentária para garantir o pagamento dessa

260 quantidade de profissionais. **Matheus** esclareceu que não há um aumento significativo nas
261 contratações, informando que há profissionais com contratos temporários há alguns anos e que,
262 quando ocorre o término desses contratos, está sendo feita apenas a reposição dos mesmos.
263 Acrescentou, salvo engano, que atualmente são 12 assistentes sociais e 6 psicólogos contratados nessa
264 modalidade, a título de reposição. **Lúcia** destacou o elevado déficit de profissionais na ponta,
265 relatando que se encontra desamparada nesse sentido. Ressaltou que, com o término dos contratos, as
266 reposições não têm ocorrido de forma satisfatória. Questionou, ainda, como ficará a situação com a
267 construção de mais uma unidade do CRAS, considerando a ausência de concurso público há um longo
268 período e indagou como será realizada a composição das equipes. **Maria Ivanete** reforçou a
269 preocupação, pontuando que já se passaram 16 anos desde a realização do último concurso público.
270 **Matheus** esclareceu que a realização de concurso público não é de sua competência e, nesse sentido,
271 reforçou que o artigo 37 da Constituição Federal, que trata dos princípios da Administração Pública,
272 permite contratações excepcionais por interesse público. Informou, ainda, que existe uma legislação
273 municipal que regulamenta a expansão dos serviços nas áreas da Saúde e da Assistência Social.
274 Assim, com a abertura de um novo CRAS, novas contratações poderão ser realizadas, de forma
275 excepcional e fundamentadas no interesse público, para garantir a ampliação dos serviços, até que
276 seja possível a realização de concurso público. **Durcilene** questionou se a previsão de contratação
277 está contemplada no orçamento. **Caroline** explicou que a previsão para a constituição do CRAS é de
278 18 meses, o que ultrapassa o período previsto neste orçamento. Reiterou o exemplo do CRAS de
279 Água Limpa, onde toda a equipe foi contratada para atendimento a um serviço específico, em razão
280 da expansão do serviço e que não há servidores efetivos atuando naquele espaço. **Lúcia** pontuou que
281 a terminologia de contrato por tempo determinado perde sentido no contexto atual, uma vez que as
282 ampliações têm ultrapassado três ou quatro anos. Ela ressaltou que a terminologia de ser temporário
283 é para o sujeito, que não pode ter o contrato renovado após quatro anos, mas, no que tange à política
284 pública, essa terminologia deixa de se aplicar. **Matheus** concordou com a colocação da conselheira
285 Lúcia e apresentou a discussão no âmbito da Administração Pública, destacando que existe o interesse
286 público excepcional para determinados momentos. Ressaltou que há uma prática consolidada na
287 Administração Pública de realização de concursos públicos, citando que, no último mandato do
288 prefeito João Marcelo, foram realizados concursos para a área de Educação e para a Guarda
289 Municipal. Reforçou que a contratação de assistentes sociais e psicólogos, isoladamente, não
290 caracteriza excepcionalidade, mas sim a contratação para a expansão dos serviços. Por fim, destacou
291 que os servidores aprovados nos dois concursos mencionados já tomaram posse. Segundo a
292 apresentação da Proteção Social Básica, Matheus destacou que, diferente dos contratos tradicionais,
293 como aluguel de impressoras e aluguel de imóveis, existem parcerias específicas na como o SCFV,
294 PAIF (referente a TR de Grupos) e o Programa Bem Cuidar. Citou, que o Programa Bem Cuidar não
295 é totalmente custeado por um único Fundo, sendo financiado parte pelo Fundo da Assistência Social
296 e parte pelo Fundo do Idoso. **Fabiana** questionou se os valores apresentados se referem somente a

297 salários e **Matheus** esclarece que os valores dizem respeito ao todo e aproveitou para destacar que o
298 Espaço Cidadania está inserido na Proteção Social Especial (PSE) e, portanto, seus dados e recursos
299 não estão contemplados na parte referente à Proteção Social Básica. **Fabiana** também pontuou a
300 precarização dos salários dos profissionais vinculados às parcerias, destacando a dificuldade em reter
301 bons profissionais diante da atual desvalorização salarial. Ressaltou que, sem um reajuste adequado,
302 será cada vez mais difícil garantir a permanência e a qualidade técnica das equipes responsáveis pela
303 execução dos serviços. Ressalta que, caso não haja um reajuste nos salários desses trabalhadores,
304 torna-se cada vez mais difícil manter profissionais qualificados. **Matheus** acrescenta que essa
305 também é uma preocupação da Gestão. Mencionou que, a partir da publicação dos novos editais,
306 como o do Programa Família Acolhedora, os salários serão equiparados. Reforça que comprehende a
307 importância de revisar essa questão de forma mais ampla, a fim de garantir a retenção de bons
308 profissionais. **Fabiana** questiona sobre a possibilidade de reajustes nos termos vigentes e **Matheus**
309 esclarece que atualmente os reajustes aplicados referem-se apenas à correção inflacionária, não
310 contemplando a equiparação salarial. **Nelson** complementa, ressaltando que algumas parcerias não
311 são totalmente custeadas pelo Fundo da Assistência Social, como o Bem Cuidar pelo Fundo do Idoso
312 e Família Acolhedora pelo Fundo da Criança e do Adolescente. **Stefânia** reforça que os novos editais
313 já preveem os reajustes necessários. **Ana** questiona se este Conselho pode propor o reajuste salarial
314 para os próximos editais e **Matheus** reforça que há uma discussão constante sobre a necessidade de
315 realizar ajustes. Como exemplo, cita a parceria da Casa de Passagem Masculina, em que havia
316 previsão de dois aluguéis, mas que não se concretizou, pois, o serviço permanecerá no imóvel do
317 município. Diante disso, está em debate a possibilidade de repactuar o valor do convênio para
318 viabilizar o reajuste da folha de pagamento. **Nelson** sugere que o Conselho pode, por meio de
319 resolução, recomendar que os salários dos profissionais sejam reajustados nas novas parcerias.
320 **Durcilene** menciona que já há um edital publicado pela Prefeitura, o Chamamento nº 7, referente a
321 uma nova parceria na área da assistência social. **Matheus** esclarece, no entanto, que esse chamamento
322 não é custeado pelo Fundo da Assistência Social. **Edleusis** questiona se todos os serviços executados
323 pela Secretaria devem passar pelo Conselho e **Matheus** esclarece que o CMAS delibera apenas sobre
324 as ações e serviços financiados pelo Fundo da Assistência Social. Como exemplo, cita que os gastos
325 realizados pela Secretaria de Direitos Humanos ou pela área de Segurança Alimentar não são de
326 competência do CMAS. **Matheus** segue apresentando a ficha de material de consumo, com
327 compreendendo a aquisição de gás para as unidades e gêneros alimentícios. Para fins de comparação,
328 foi informado que, no ano anterior, havia uma previsão orçamentária de R\$ 12.134.000,00, enquanto,
329 na previsão atual, o valor é de R\$ 11.645.000,00. Foi destacado ainda que determinados serviços
330 classificados como "outros serviços de pessoa física" podem ser alterados para "pessoa jurídica", a
331 depender da formatação contratual do imóvel. Solicita-se que conste em ata que estão incluídas
332 despesas com telefonia, Cemig e Copasa como pessoa jurídica. **Durcilene** questiona, em relação ao
333 material de consumo, se foi considerado algum aporte específico para a aquisição de materiais

334 voltados à melhoria da qualidade, tendo em vista a denúncia recebida sobre a Casa de Acolhimento.
335 **Maria Ivanete** solicita que esta pauta seja deixada para o final da reunião. **Matheus** esclarece que a
336 aquisição dos materiais ocorre por meio de processo licitatório, sendo vencedora a proposta de menor
337 preço. Ressalta que, mesmo havendo especificações técnicas nos editais, não é possível garantir a
338 qualidade dos produtos adquiridos, uma vez que não se pode mencionar marcas específicas e informa
339 ainda que, antes de sua atuação na SEMDS, trabalhava diretamente com licitações e chegou a aprovar
340 editais, inclusive os da própria Secretaria. Destaca que há um esforço contínuo para aprimorar as
341 especificações dos materiais, mas, em muitos casos, o produto vencedor não é o de melhor qualidade,
342 pois o critério determinante é o menor preço. **Durcilene** reforça em se pensar em especificar melhor
343 os produtos e **Matheus** dá continuidade à apresentação, passando à ficha de Pessoa Jurídica e à de
344 Material Permanente, contemplando duas fichas: uma de fonte originária e outra de cofinanciamento.
345 Em seguida, apresenta as fichas referentes à Proteção Social de Média e Alta Complexidade, que
346 seguem a mesma lógica das demais incluídos nessa etapa os serviços e programas: Grupo PAEFI,
347 Espaço Cidadania, Bem Cuidar, Casa de Passagem, Família Acolhedora e Guarda Subsidiada, sendo
348 este último já deliberado por este Conselho. **Durcilene** questiona se foi considerada a implantação de
349 um Espaço Cidadania na Região Noroeste. **Matheus** informa que, até o momento, há previsão de
350 funcionamento apenas de uma unidade. **Letícia** esclarece que já existe uma parceria vigente para esse
351 serviço e que a abertura de uma nova unidade demandaria um aumento significativo de recursos.
352 Além disso, destaca que há uma análise em andamento por parte do Poder Executivo, considerando
353 que há apenas cerca de 10 pessoas em situação de rua na região Noroeste, o que seria inviável quanto
354 à instalação de uma nova unidade naquela área. **Durcilene** pontua que é recorrente o atendimento a
355 pessoas em situação de rua em trânsito e que, portanto, faz sentido a existência de um serviço
356 específico voltado para esse público. Ela cita, como exemplo, indivíduos que saem de Belo Horizonte
357 e transitam por esse território com destino ao Rio de Janeiro, destacando que esse fluxo é frequente e
358 que, atualmente, não há oferta adequada de serviços para esse perfil de demanda. **Matheus** reconhece
359 como legítima a fala da conselheira **Durcilene**, afirmando que comprehende sua posição. No entanto,
360 destaca que é necessário priorizar o orçamento, reconhecendo que, infelizmente, não é possível
361 contemplar todas as necessidades e demandas em um único ano. Ressalta que é preciso estabelecer
362 prioridades entre as ações que serão implementadas e aquelas que serão expandidas. Informa que há
363 a perspectiva de implantação de dois novos CRAS e que as discussões também perpassam em outras
364 políticas públicas, sendo necessário compreender o contexto mais amplo em que essas decisões estão
365 inseridas. **Letícia** reforça que não existem dados coletados que corroborem esses números,
366 considerando-os exorbitantes. Sugere que seja solicitado à Vigilância a realização de um novo estudo
367 para obter informações mais precisas. **Diego** pontua que já existe oferta de atendimento e passe social
368 para o Espaço Cidadania, destaca o avanço obtido com o SEAS no território e reforça que, como
369 mencionado, trata-se de uma região de trânsito, portanto, é necessário trabalhar com os recursos
370 disponíveis atualmente, permitindo que o usuário faça sua escolha. **Matheus** finaliza a apresentação

371 destacando uma previsão orçamentária total de R\$ 45.014.488,13, o que representa um aumento de
372 R\$ 4.991.803,13 em relação ao orçamento anterior. **Maria Ivanete** pontua que a preocupação era se
373 o orçamento seria suficiente para cobrir todos os serviços sem a necessidade de solicitar *superávit*.
374 **Stefânia** reitera que o orçamento contempla todos os serviços, inclusive com reajuste. **Matheus**
375 ressalta que se houver o *superávit* será destinado para novas implementações ou expansões e solicita
376 que conste em ata que a execução orçamentária está garantida integralmente. **Edleusis** solicita
377 esclarecimento sobre a garantia do valor destinado à Família Acolhedora para sua execução e
378 **Matheus** informa que a lei ainda não está aprovada e que será encaminhada à Câmara como projeto
379 de lei, considerando o início do serviço. Destaca-se que essa ação faz parte do compromisso do plano
380 de governo do prefeito, que visa criar alternativas ao acolhimento institucional, proporcionando
381 melhor qualidade de vida para crianças e adolescentes. A conselheira **Marilane** questiona sobre a
382 manutenção do acolhimento institucional. **Matheus** esclarece que os recursos para manutenção
383 predial e reparos estão contemplados no orçamento geral da Secretaria, existindo também um contrato
384 específico para essa finalidade. Além disso, destaca que há destinação de recursos do Fundo da
385 Criança para a aquisição de novos imóveis, e que essa discussão ainda está em curso. Informa que os
386 imóveis para aquisição foram desapropriados pela Prefeitura e que estão aguardando decisão judicial
387 para a posse dos mesmos. Esclarece que a destinação dos recursos para aquisição desses imóveis foi
388 em 2024 pelo Fundo da Criança e para 2024 e 2025 está vinculada a esse processo, que ainda está em
389 andamento devido à desapropriação não ter ocorrido de forma amigável. **Geraldo** questiona se existe
390 margem dentro do orçamento para atender à dinâmica diária do acolhimento institucional. **Matheus**
391 manifesta-se favoravelmente à parceria na gestão do serviço, ressaltando que essa é uma solução
392 alinhada à reflexão trazida por **Durcilene**. Ele explica que, em processos licitatórios, não é possível
393 escolher produtos específicos, como sabonetes, o que limita a qualidade. **Matheus** cita, como
394 exemplo, as creches municipais, que conseguem oferecer produtos de melhor qualidade, como fraldas
395 e sabonetes, graças à flexibilidade proporcionada pelas parcerias. Essa flexibilidade traz maior
396 dinamismo ao serviço. Além disso, ele menciona reflexões baseadas em pedidos feitos por acolhidos
397 por meio de cartas, nas quais manifestaram desejos por determinados alimentos que, via licitação,
398 não podem ser atendidos de forma célere. **Geraldo** destaca que, nesse aspecto, a parceria seria uma
399 solução, embora tenha uma visão um pouco diferente da colocação de Matheus. **Caroline** e **Fabiiana**
400 questionam se existe algum método de compra simplificada para aquisição de produtos, considerando
401 a necessidade de agilidade diante do tempo. **Matheus** pontua que, em seu entendimento, a
402 parcerização traria um dinamismo mais eficiente para o processo. **Maria Ivanete** pontua a
403 importância de colocar o assunto em votação diante do tempo disponível. **Durcilene**, por sua vez,
404 propõe a deliberação sobre a apresentação do orçamento, destacando que, em termos legais, a
405 deliberação deveria ocorrer apenas após a Comissão ter acesso ao PPA, o que ainda não foi fornecido
406 e ressalta também a relevância das deliberações da Conferência e, principalmente, da análise da
407 Secretaria Executiva. Destaca que a apresentação ocorreu, mas não houve distribuição dos

408 documentos para a Comissão de Políticas e Financiamento. **Letícia** apresenta um contraponto
409 importante que é a produção do ciclo do orçamento dentro do município, dizendo que é muito corrido
410 e os demais setores não conseguem entender a didática do Conselho. Ressalta que a Secretaria recebe
411 esses dados com pouca antecedência. Destaca a necessidade de o CMAS compreender que não houve
412 má-fé nesse processo e que é possível flexibilizar a dispensa da Comissão, considerando que todos
413 estão presentes e participaram da apresentação. **Durcilene** coloca que não há condições de deliberar
414 no momento, pois PPA não foi apresentado e que o mesmo é que dá subsídio para elaboração da
415 LDO. **Matheus** esclarece que o documento está em construção. **Durcilene** relembra aos conselheiros
416 da função deles quanto fiscais da política e fala que, em outra ocasião, somente ela reprovou a
417 Prestação de Contas da Cesta Básica e, depois com o detalhamento, já em outro mandato o Conselho
418 precisou reprovar as contas e encaminhar denúncia ao Ministério Público. **Ana Paula** pontua que foi
419 apresentada uma proposta de deliberação a partir da apresentação, que foi extensa. Observa que há
420 conselheiros que entendem não ser possível deliberar no momento, enquanto outros acreditam que
421 sim. Diante disso, Ana sugere que a presidente conduza a votação para a deliberação, solicitando
422 quem aprova, quem reprova e quem se abstém. **Maria Ivanete** esclarece que a maior preocupação do
423 CMAS é se haverá orçamento suficiente para a execução das ações e ressalta que, em caso de
424 problemas, o Conselho dispõe de meios legais para intervir e pontua que a preocupação com o
425 orçamento ser suficiente foi respondida, uma vez que houve aumento de 05 milhões em relação ao
426 anterior. **Durcilene** alerta que essa decisão pode abrir precedentes para novos atrasos e **Maria**
427 **Ivanete** solicita que a Gestão se atente aos prazos para que os processos passem pelas devidas
428 comissões. Posto em votação, os conselheiros **Adenilza, Daniela, Fabiana, Maria Ivanete, Letícia,**
429 **Karen, Laís, Lívia Izabela, Marilane, Rosana, Jansen e Ana Paula** aprovam a LOA. **Durcilene**
430 reprovou e não houve abstenções. **Matheus** convida os presentes para a audiência pública que
431 ocorrerá na segunda-feira, dia 22/09, às 10 horas e agradece a acolhida de todos. Passando para os
432 Informes **Maria Ivanete** fala sobre o vídeo do vereador Wesley relacionado à denúncia envolvendo
433 o Acolhimento, dizendo que trouxe o assunto ao Conselho, visto que este funciona como fiscalizador
434 do serviço e, devido a gravidade era preciso trazer ao conhecimento do Conselho. Em seguida dá a
435 palavra para a diretora da PSE para esclarecimentos. **Letícia** destaca o desrespeito ocorrido durante
436 a ação do vereador. Informou que foi enviado um ofício ao Ministério Público, aos conselheiros
437 tutelares, e que o documento está sendo entregue, naquele momento, ao CMAS, considerando
438 fundamental que o Conselho tenha ciência do ocorrido. Complementou que o Conselho tem pleno
439 conhecimento das dificuldades enfrentadas e da baixa qualidade da infraestrutura de algumas
440 unidades de acolhimento, algo que sempre foi comunicado de forma clara. Ressaltou que essas
441 limitações justificam, em grande parte, a proposta de parcerização para a implementação do Serviço
442 de Família Acolhedora. Letícia também enfatizou que a forma como a visita do vereador foi
443 conduzida não foi adequada nem confortável para os profissionais e acolhidos da unidade, reiterando
444 que todos são bem-vindos para visitar os equipamentos da assistência social, desde que de maneira

445 respeitosa e responsável. **Isabele** relatou como se deu a visita do vereador à Unidade de Acolhimento,
446 detalhando os fatos relatados por ele. Informou que houve desrespeito aos próprios acolhidos, com
447 tentativas de persuasão, filmagens de situações apresentadas de forma descontextualizada e que não
448 condizem com a realidade atual da unidade. Destacou ainda que a abordagem resultou na
449 desestabilização emocional de um dos acolhidos. **Letícia** reitera que nunca foram ocultados do
450 Conselho os problemas estruturais existentes nos serviços de acolhimento. Destaca que há carências
451 pontuais que impactam no sentimento de pertencimento dos acolhidos, mas reforça que, no que diz
452 respeito à alimentação, não há falta de fornecimento. **Geraldo** fez a leitura de uma carta escrita pelos
453 próprios acolhidos, que salienta que houve avanços inclusive na evasão escolar e que o trabalho
454 executado no Acolhimento é na garantia de direitos dessas crianças e adolescentes. **Maria Ivanete**
455 ressalta que não houve, até o momento, nenhuma denúncia formal do vereador direcionada ao
456 Conselho. Diante disso, propõe que a Mesa Diretora se reúna e delibere sobre as ações a serem
457 tomadas, tais como efetuar denúncia ao Ministério Público, formar um grupo para realizar visitas às
458 Unidades de Acolhimento, a fim de compreender a dinâmica desses serviços e subsidiar uma resposta
459 adequada à situação. **Durcilene** propõe a elaboração de uma nota de repúdio em relação ao ocorrido.
460 **Nelson** reitera que, embora existam falhas nos serviços, é evidente o desconhecimento, por parte do
461 vereador, da dinâmica diária enfrentada pelos profissionais da assistência. Ressalta ainda que o
462 vereador foi devidamente comunicado sobre os encaminhamentos que seriam adotados em relação
463 ao fato. **Durcilene** pontuou sobre a dúvida apresentada sobre o Kit Natalidade e **Maria Ivanete**
464 informou que a dúvida da conselheira foi esclarecida e era algo pontual e conforme informou a própria
465 solicitante, por hora, não havia outros pontos a esclarecer sobre o assunto. Em seguida, Maria Ivanete
466 encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, **Edleusis Barbosa Mares**, lavrei a presente ata,
467 que, após lida em plenária e aprovada, será assinada pelos conselheiros.

Maria Ivanete Luiz dos Santos
Presidente do CMAS-NL

Letícia Fernandes Godinho
Vice-Presidente do CMAS-NL

Adenilda Lopes de Queiroz
1ª Secretária do CMAS-NL

Karen Flávia Figueiredo Batista
2ª Secretária do CMAS-NL

Bruna Laponez da Silveira

Ana Paula Silveira Lima

Daniela Aparecida Batista Horta



Diego Dias de Castro

Durcilene Regina Teles



Jaqueleine Patrícia Roberto

Fabiana N.S.G. Rios

Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios

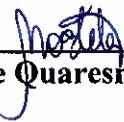
Jansen Couto de Rezende

Laís Cristina Seabra



Luciana Aparecida P. O. Loyola

Lívia Izabela Martins Garcia



Marilane Quaresma da Costa Teles

Marina Martins Araújo



Rosana Solano Rocha